



## RESUMO EXECUTIVO

### 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE 2025

**Data:** 24/04/2025.

**Local:** Organização Pan-Americana da Saúde - Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS/OMS).

#### PARTICIPANTES DO PLENÁRIO DA TRIPARTITE:

**MINISTÉRIO DA SAÚDE:** Adriano Massuda, Ana Luíza Ferreira Rodrigues Caldas, Ilano Barreto e Silva, Mozart Sales, Mariângela Simão, Evellin Bezerra, Ricardo Welbe Nascimento Costa.

**OPAS/OMS:** Cristian Morales Furimann.

**CONASS:** Tânia Mara Coelho, Jurandi Frutuoso da Silva, Pedro Pascoal Duarte Pinheiro Zambom, Maurício Simões Corrêa, Gilberto Gomes Figueiredo, Sipriano Ferraz, Arimatheus Silva Reis, Claudia Mello, Alexandre Motta Câmara.

**CONASEMS:** Hisham Mohamad Hamida, Adriana Martins, Mauro Junqueira, Edivaldo Farias da Silva Filho, Cristiane Martins Pantelão, Rodrigo Buarque Ferreira de Lima.

**Disponível no link:** <https://www.youtube.com/watch?v=rxQUowpxp1M>

#### 1. ABERTURA DOS TRABALHOS

**00:03:00** – André Luis Bonifácio de Carvalho - Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa.

**00:03:06** – Tânia Mara Coelho - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

**00:03:53** – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

**00:06:17** – Cristian Morales Fuhrimann - Representante da Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil.

#### **Destaques:**

André Luis Bonifácio de Carvalho, Diretor do Departamento do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa, iniciou a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores (CIT). Cumprimentou a todos os presentes e concedeu a palavra a Secretária de Saúde do Ceará, Tânia Mara Coelho, eleita presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Tânia Mara Coelho, Presidente do Conass, cumprimentou todos os presentes, falou sobre a eleição dela a presidência do Conass, da posse nessa última quarta-feira, dia 23 de abril de 2025 e apresentou, nominalmente, os vice-presidentes regionais do Conass: Gilberto Gomes Figueiredo, Vice-Presidente da região Centro-Oeste, Eleuses Paiva, Vice-Presidente da região Sudeste, Pedro Pascoal Vice-Presidente da região Norte, Arimatheus Silva, Vice-Presidente da região Nordeste, Diogo Demarchi Silva, Vice-



Presidente da região Sul, este, o 1º Vice-presidente. Informou que precisava sair da reunião e convocou Diogo Demarchi para representá-la.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, cumprimentou o coordenador do evento e os secretários do Ministério presentes, a Presidente do Conass e a nova diretoria, desejando sucesso neste trabalho, cumprimentou, também, a bancada do Conasems em nome do Secretário Executivo Mauro Junqueira e nominou os secretários presentes na Reunião. Enfatizou que é parte do papel do Conasems representar os 5.570 municípios do Brasil no fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Cristian Morales Fuhrmann, Representante da Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil, parabenizou a todos pela realização da reunião na OPAS, que é um espaço onde são feitas reflexões e são tomadas decisões democráticas para o SUS.

### 3. DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES

**3.4 Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) – Alteração da Portaria GM/MS nº 3.492/2024 que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para instituir nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).**

**00:07:35** – Ana Luíza Ferreira Rodrigues Caldas - Secretária de Atenção Primária à Saúde.

**00:17:56** – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conasems.

**00:19:25** – Diogo Demarchi - Vice-Presidente do Conass.

**00:20:21** – Jurandi Frutuoso - Secretário Executivo do Conass.

#### **Destaques:**

Ana Luíza Ferreira Rodrigues Caldas, Secretária de Atenção Primária à Saúde, cumprimentou a todos e explicou que a minuta de portaria trata da alteração de alguns dispositivos que constam na portaria do novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde. Justificou que, para não ter descontinuidade do cofinanciamento federal, foi preciso fazer adequações no último mês para que todos os municípios se adequem, a rede se adeque ao que está sendo preconizado como boa prática da atenção primária. Explicou as alterações propostas na Portaria de Consolidação nº 6. Apresentou o art. 12-k que trata da suspensão dos recursos, que era proporcional a todos os componentes e que hoje isso foi modificado para que acompanhe os três componentes da rede, quais sejam: o componente fixo, o componente de vínculo e acompanhamento territorial e o de qualidade – que mostra como a equipe desempenha no cuidado. O que está proposto busca eliminar a injustiça ligada a formação da equipe, promovendo um equilíbrio entre o componente fixo e o componente de vínculo e acompanhamento territorial. Também falou que a proposta evita que seja feito um



corte de recursos nos componentes de vínculo e acompanhamento territorial, se restringindo ao componente fixo. Isso resultará em uma diminuição dos cortes de recursos em cerca de 180 milhões/ano. Uma previsão justa e necessária que vai atingir os municípios do País. Disse que a segunda alteração na Portaria se refere ao período em que ela entrou em vigor, que previa uma adaptação da Atenção à Rede. A Portaria a ser reformada foi publicada em abril de 2024 e previa que na competência seguinte – maio de 2024 – ficaria em vigor por 12 meses. Nesse período, não houve consenso sobre os indicadores de atenção que seriam utilizados para avaliação da atenção. Não havia sistema de Informação adequado as informações da atenção necessárias a gestores e profissionais de saúde. Assim, a proposta de portaria estende o período de competências para vigorar para 20 meses, o que possibilitará a adequação da atenção da atenção e dos indicadores no ano de 2025. A expectativa é de que os dados e informações estejam disponíveis até a primeira quinzena de maio, com uma apresentação ao Conasems explicando os critérios e como as informações serão disponibilizadas.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, parabenizou a sensibilidade na discussão e a construção conjunta da proposta com o Ministério da Saúde. Ressaltou a importância e o desafio a respeito do sistema de informação para monitoramento dos indicadores subsidiando a tomada de decisão. Manifestou-se pela pactuação da minuta de portaria.

Diogo Demarchi, Vice-Presidente do Conass, ressaltou a necessidade um monitoramento adequado, pois as equipes precisam de informações qualificadas e em tempo oportuno. Manifestou-se pela pactuação.

Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass, parabenizou a Secretária Ana Luiza Caldas pela condução equilibrada da SAPS e por ouvir as pessoas, garantindo uma construção conjunta das ações.

**Encaminhamento:** Pactuada a Alteração da Portaria GM/MS nº 3.492/2024 que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para instituir nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

## 2. APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES

### 2.1. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) – Atualização sobre a Dengue e Arboviroses.

**00:24:27** – Livia Carla Vinhal Frutuoso - Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses.

**00:30:45** – Diogo Demarchi - Vice-Presidente do Conass.

**00:32:41** – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conasems.

**00:34:05** – Livia Carla Vinhal Frutuoso - Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses.

**00:35:32** – Mariângela Batista Galvão Simão - Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente.

**00:36:49** – Adriano Massuda - Secretário Executivo do Ministério da Saúde.



### **Destaques:**

Lívia Carla Vinhal Frutuoso, Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses, apresentou o panorama atualizado sobre as arboviroses até a Semana Epidemiológica 16. Mostrou que até aquela data há mais de 1 milhão de casos prováveis, com 703 óbitos confirmados, isso implica em uma redução de 76% em comparação com o mesmo período de 2024, São Paulo e Minas Gerais contabilizam 68% dos casos. Relatou algumas ações realizadas no âmbito do Centro de Operações de Emergência (COE) Dengue e outras arboviroses instalado em janeiro de 2025, como a distribuição de insumos, criação de centro de hidratação e repasse de mais de 7 milhões de reais pela Portaria GM/MS nº 6.495/2024.

Diogo Demarchi, Vice-Presidente do Conass, agradeceu a apresentação e reforçou a necessidade de continuar ações de comunicação com a população. Solicitou que seja publicada nova portaria, pois há dificuldade de executar o recurso previsto na Portaria GM/MS nº 6.495/2024.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, ponderou que o enfrentamento às arboviroses é um trabalho permanente, frisou a importância da vacina como mais um aliado além de integração entre as diversas áreas, reforçou a importância de campanhas de comunicação.

Lívia Carla Vinhal Frutuoso, Coordenadora-Geral de Vigilância de Arboviroses, relatou que a expectativa de casos para esse ano não era animadora, embora comparado aos números do ano passado houve uma melhora, porém com a circulação do sorotipo 3 e as mudanças climáticas o cenário pode se tornar parecido com 2024. É preciso preparar os profissionais e estruturar a rede de atenção à saúde para garantir o atendimento em tempo oportuno e evitar óbitos.

Mariângela Batista Galvão Simão, Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, relatou que o foco da campanha lançada recentemente é o fortalecimento da assistência à saúde, para que ninguém morra de Dengue desnecessariamente. Apontou que a sazonalidade também está imprevisível, especialmente depois da Covid.

Adriano Massuda, Secretário Executivo, afirmou que a portaria será revista para permitir que o recurso financeiro seja repassado com mais agilidade.

### **2.2 Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) – Plano Clima Participativo - Diretrizes nacionais para a preparação e resposta aos efeitos das mudanças climáticas na saúde.**

**00:37:42** – Agnes Soares da Silva - Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

**00:48:30** – Sipriano Ferraz Santos Júnior - Secretário Adjunto da Secretaria Estadual de Saúde do Pará.

**00:53:37** – Diogo Demarchi - Vice-Presidente do Conass.

**00:54:34** – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conasems.





**00:55:28** – Agnes Soares da Silva - Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

**00:57:36** – Mariângela Batista Galvão Simão - Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente.

**00:59:32** – Mauro Guimarães Junqueira - Secretário Executivo do Conasems.

**Destaques:**

Agnes Soares da Silva, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, apresentou o Plano Setorial de Adaptação à Mudança do Clima. Essa iniciativa é transversal e afeta todas as iniciativas em saúde e impacta em todas as doenças e agravos tratados no âmbito do SUS. Ressaltou que o objetivo específico do setor saúde dentro desse plano é resguardar a saúde e o bem-estar das populações, respeitando os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais. Apontou que as ondas de calor e poluição do ar afetam direta e indiretamente a saúde da população e o plano visa prever e preparar a rede de atenção à saúde para emergências climáticas. O plano está disponível para consulta online dos interessados e conta com 4 eixos centrais: vigilância em saúde, atenção à saúde, promoção da saúde e ciência, tecnologia, inovação e produção.

Sipriano Ferraz Santos Júnior, Secretário Adjunto da Secretaria Estadual de Saúde do Pará, mencionou o surto de Febre Amarela na Ilha de Marajó e agradeceu à resposta rápida e colaboração entre Governo Federal, Estadual e os municípios, inclusive com estratégias de vacinação. Agradeceu o cuidado e atenção que o estado do Pará e a Amazônia Legal vem recebendo em relação às questões climáticas.

Diogo Demarchi, Vice-Presidente do Conass, afirmou que o Conass está trabalhando diretamente na construção do Plano e colocou o Conselho à disposição para discussões e colaborações. Mencionou a importância de articulação entre as diversas áreas do Ministério da Saúde com os estados em todas as ações a serem realizadas.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, pontuou que estão sendo criados muitos grupos de trabalho, dificultando a possibilidade de acompanhamento do Conasems, reforçou a importância do GT de Vigilância em Saúde (GTVS) da CIT e solicitou que após a Consulta Pública do Plano, os resultados sejam apresentados e discutidos nesse espaço.

Agnes Soares da Silva, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, afirmou que a construção do Plano está sendo realizada no âmbito do GTVS e após Consulta Pública o tema retornará para discussão. Ressaltou que o trabalho em relação às ações depende de todos os atores e somente funcionará com o comprometimento de governo federal, estaduais e municipais.

Mariângela Batista Galvão Simão, Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, agradeceu o esforço da Secretaria de Estado do Pará para que a COP30 seja bem-sucedida.



Mauro Guimarães Junqueira, Secretário Executivo do Conasems, registrou a necessidade de articulação junto ao Congresso Nacional para aumentar o aporte financeiro para a saúde, pois os municípios estão sobrecarregados, financiando a maior parte das ações.

### 2.3. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) – Ações para o Brasil continuar livre do Sarampo.

**01:00:54** – Éder Gatti Fernandes - Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações.

**01:09:58** – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conasems.

**01:11:39** – Claudia Mello - Secretária Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.

**01:13:06** – Sipriano Ferraz Santos Júnior - Secretário Adjunto da Secretaria Estadual de Saúde do Pará.

**01:16:53** – Diogo Demarchi - Vice-Presidente do Conass.

**01:18:56** – Éder Gatti Fernandes - Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações.

**01:22:14** – Mariângela Batista Galvão Simão - Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente.

#### **Destaques:**

Éder Gatti Fernandes, Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações, apresentou as ações para o Brasil continuar livre do Sarampo. Lembrou que o país era certificado como país livre do Sarampo, porém houve uma reincidência no número de casos em 2018 se estendendo até 2022, após esse período não houve registro de casos, então ano passado o Brasil recuperou a certificação como área livre de Sarampo graças a intensificação da vigilância. Ressaltou que o desafio é manter a certificação, sem circulação endêmica do vírus, os casos podem ocorrer, mas o surto precisa ser interrompido em 12 semanas. O compromisso do Brasil é notificar e investigar os casos oportunamente, interromper a cadeia de transmissão e intensificar ações de imunização. Destacou o caso ocorrido em São João de Meriti, município do Rio de Janeiro, onde foi realizada uma ação exemplar em conjunto com o estado e Ministério da Saúde que englobou capacitações, busca ativa, vacinação e varredura. Para além do estado do RJ, outras ações estão sendo realizadas no Pará, Amapá, Roraima, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Destacou a realização do S, que será de mobilização nacional para a busca ativa de casos suspeitos de doenças exantemáticas (sarampo e rubéola).

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, ponderou a necessidade de estabelecimento de uma barreira para evitar a introdução do vírus no país, sugeriu a solicitação de comprovante de vacina para cidadãos de outros países.

Claudia Mello, Secretária Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, agradeceu o trabalho conjunto realizado no estado do RJ e concordou com a colocação do Conasems de buscar outras formas de contenção do vírus.



Sipriano Ferraz Santos Júnior, Secretário Adjunto da Secretaria Estadual de Saúde do Pará, lembrou que faltam 200 dias para a COP30 e agradeceu a parceria e pró atividade do Ministério da Saúde que em conjunto com estado e municípios o surto de Febre Amarela no Pará foi contido. Pontuou a importância de elaboração de uma Nota Técnica conjunta, Conass, Conasems e Ministério da Saúde, descrevendo o que será necessário para a COP30, inclusive exigência de vacinação.

Diogo Demarchi, Vice-Presidente do Conass, ponderou que há uma inconsistência nos dados de vacinação de Sarampo, após levantamento da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina, essas informações são de suma importância para dar transparência dos dados para a população. Acrescentou que a vacina da Influenza, após verificação do cenário epidemiológico local, abrir a vacinação para a população em geral.

Éder Gatti Fernandes, Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações, pontuou que o ideal seria a exigência da vacina Tríplice Viral para as pessoas que chegam ao país, porém o Departamento segue o Regulamento Sanitário Internacional, é uma discussão que pode ser realizada e que envolve outras áreas além da saúde. Informou que em relação aos dados de vacinação contra sarampo, está sendo realizada uma força tarefa com SVSA, SEIDIGI e SAPS para colocar as informações em dia na Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), acrescentou que não há comprometimento nos dados. Sobre a ampliação do público-alvo para vacina de Influenza, relatou ser um período dinâmico, o departamento está aguardando completar um mês de campanha e realização do Dia D, para garantir a cobertura dos públicos prioritários, para então orientar sobre a ampliação.

Mariângela Batista Galvão Simão, Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, ponderou que o Brasil é signatário do Regulamento Sanitário Internacional, portanto impedindo a exigência de vacinação Tríplice Viral, então é preciso que se discuta alternativas heterodoxas e legais para a contenção da entrada de pessoas.

#### 2.4. Secretaria Executiva (SE) – Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) Saúde e o papel de Estados e Municípios.

**01:24:42** – Henrique Chaves Faria Carvalho - Diretor de Programa da Secretaria Executiva.

**01: 31:15** – Diogo Demarchi - Vice-Presidente do Conass.

**01:32:21** – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conasems.

#### **Destaques:**

Henrique Chaves Faria Carvalho, Diretor de Programa da Secretaria Executiva, apresentou o status do PAC, ressaltando que se trata de um programa do Governo Federal e não especificamente do Ministério da Saúde uma vez que 70% do recurso é destinado a estados e municípios. Lembrou do prazo de 15 de abril estipulado pela Casa Civil para o término das ações preparatórias, agradeceu a grande mobilização junto aos



municípios realizado por Conass, Conasems e Superintendências do Ministério da Saúde resultando em apenas 54 obras sendo canceladas, isso representa 3% do total. Apontou que o prazo foi estendido em 60 dias, então até 15 de junho para 1.011 obras serem iniciadas. Apresentou a proposta de prorrogar, de ofício, as obras do PAC Saúde na modalidade fundo a fundo, dispensando assim a necessidade de solicitação formal pelo ente. Reforçou as 4 estratégias de apoio do Ministério da Saúde aos entes subnacionais: bons projetos referenciais, oferta do kit licitação, fast track nas Vigilâncias Sanitárias locais e comunicação exclusiva, com atendimento via whatsapp, telefone e balcão virtual. Manifestou-se pela pactuação da prorrogação, de ofício, para as obras do PAC Saúde, na modalidade fundo a fundo.

Diogo Demarchi, Vice-Presidente do Conass, agradeceu pela mobilização e trabalho realizado. Solicitou que seja publicado o PBA já com a chancela das vigilâncias sanitárias, obedecendo a RDC nº 50/2022. Foi favorável a prorrogação por ofício.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, agradeceu o trabalho e colocou a TV Conasems a disposição para auxiliar na mobilização. Manifestou-se pela pactuação da prorrogação por ofício.

**Encaminhamento:** Pactuada a proposta de prorrogação do prazo com dispensa de solicitação formal dos entes subnacionais.

**2.5. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) – Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE) / 2.6. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) – Portaria GM/MS Nº 6.877, de 17 de abril de 2025 que Institui Grupo de Trabalho para revisar e atualizar a Portaria GM/MS nº 1.559, de 1 de agosto de 2008, e a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, no que se refere à Política Nacional de Regulação do SUS.**

**01:37:14** – Rodrigo Oliveira - Diretor do Programa Mais Acesso a Especialistas.

**01:50:43** – Pedro Pascoal - Vice-Presidente do Conass.

**01:52:11** – Claudia Mello - Secretária Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.

**01:52:50** – Diogo Demarchi - Vice-Presidente do Conass.

**01:54:00** – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conasems.

**01:54:44** – Rodrigo Oliveira - Diretor do Programa Mais Acesso a Especialistas.

**01:57:23** – Mozart Júlio Tabosa Sales - Secretário de Atenção Especializada à Saúde.

**Destaques:**

Rodrigo Oliveira, Diretor do Programa Mais Acesso a Especialistas, apresentou o panorama atual do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE) que totaliza, até o momento, 138 planos regionais publicados, contemplando 375 Regiões de Saúde (85,42%). Explicou que a região Nordeste já possui 44 Planos de Ação Regionais (PAR) publicados, a região Norte tem 9 PAR publicados, Centro-Oeste e Sudeste





com 8 PAR publicados e região Sul com 53 PAR. Apresentou também a relação das OCIs solicitadas com registro na RNDS e agradeceu o empenho de Conass e Conasems na mobilização no registro dos dados. Destacou a inclusão de 3 novas OCIs para saúde da mulher: avaliação diagnóstica inicial da saúde da mulher, avaliação diagnóstica de sangramento uterino anormal e avaliação diagnóstica endometriose e endometriose profunda. Finalizou informando sobre a publicação da Portaria GM/MS nº 6.877/2025 que institui grupo de trabalho para revisar e atualizar a Política Nacional de Regulação do SUS.

Pedro Pascoal, Vice-Presidente do Conass, parabenizou a apresentação e pontuou a questão de instabilidade do Sistema de Regulação (SISREG) afetando o processo de regulação e monitoramento das filas nos estados. Solicitou que seja realizada uma força tarefa para que seja regularizado e estabilizado o mais rápido possível.

Claudia Mello, Secretária Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, parabenizou a apresentação e a escolha do Rodrigo Oliveira para comandar o PMAE devido a sua experiência e capacidade de articulação.

Diogo Demarchi, Vice-Presidente do Conass, colocou o Conselho à disposição para discutir o papel do apoiador regional do programa, destacando a importância desse profissional.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, sugeriu que sejam convidados a apresentar na próxima Reunião Ordinária da CIT as regiões ou hospitais onde o PMAE está funcionando.

Rodrigo Oliveira, Diretor do Programa Mais Acesso a Especialistas, afirmou que tentará agilizar o processo de estabilização do SISREG junto ao Datasus e DRAC, sobre os apoiadores informou que esse processo será ampliado, concordou com a sugestão do Conasems de apresentar casos exitosos na próxima Reunião CIT.

Mozart Júlio Tabosa Sales, Secretário de Atenção Especializada à Saúde, solicitou que será convocada a instalação e início dos trabalhos do GT previsto na Portaria GM/MS nº 6.877/2025. Pontuou que a revisão da política nacional de regulação deverá priorizar a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC), não apenas pela questão legal, mas também pela janela de oportunidade, ganhando tempo para garantir acesso e assistência para o tratamento adequado e oportuno. Mencionou que a integração entre e-SUS Regulação e e-SUS APS está previsto para o final de maio/2025, algo muito aguardado.

## **2.7. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (SECTICS) – Atualização sobre a estratégia de monitoramento de Aquisições e Estoques de Medicamentos, Vacinas e Insumos Estratégicos - BNAFAR, RNDS, OBM.**

**02:12:26** – Marco Aurélio Pereira - Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos.

**02:20:40** – Diogo Demarchi - Vice-Presidente do Conass.



**02:21:12** – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conasems.

**02:22:03** – Marco Aurélio Pereira - Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos.

**Destaques:**

Marco Aurélio Pereira, Diretor do DAF, contextualizou o item da pauta referindo-se ao compromisso do Ministério da Saúde em trazer atualizações sobre o Plano Operativo da estratégia de monitoramento de aquisições e estoques de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos, apresentado na CIT de janeiro. Citou as três etapas da estratégia: a primeira, concluída em março de 2025, encarregou-se de adequar os modelos de dados na infraestrutura tecnológica do DATASUS, regulamentar os padrões terminológicos dos sistemas SUS para operarem com referência às listas unificadas de medicamentos e vacinas, a Ontologia Brasileira de Medicamentos (OBM), e de materiais e insumos para saúde, o Catálogo de Materiais (CAMAT). Além disso, a publicação dos Serviços de Interoperabilidade Estoque e Saídas no Portal de Serviços do DATASUS e a realização de webnários para integradores do sistema da Assistência Farmacêutica (AF). A segunda etapa, a de implementação da interoperabilidade entre os entes, com entrega em meados de junho de 2025 e pretende ajustar o trânsito de dados entre os sistemas da AF do MS e dos entes federados com os ajustes necessários para o gerenciamento da informação de estoques públicos de medicamentos e vacinas nas farmácias públicas do SUS, em concordância com as demandas do Tema 1234 e Tema 6, atualmente em discussão no Superior Tribunal Federal (STF). Em paralelo, a terceira etapa, coordenada pela Secretaria de Informação e Saúde Digital, conduzirá à disseminação das informações em painéis internos, voltados para gestão, previsto para o final de abril de 2025, e externos, aberto ao público, programado para serem entregues em 17 de junho de 2025. Detalhou ações da fase atual, em o MS disponibilizado apoio institucional aos entes em processo de adequação de sistemas privados às regras operacionais da Base Nacional de Dados e Serviços da Assistência Farmacêutica (BNAFAR), destacou o protagonismo dos estados e municípios no cumprimento do Plano ao apresentar um balanço dos entes com processo de interoperação já iniciados, integrados ou ainda pendentes. Entre os 26 estados e DF, 16 já interoperam com a BNAFAR, o restante está ou em fase de produção ou homologação; dos 5570 municípios, 1.729 ainda não iniciaram o processo, algo considerado positivo já que quase 70% dos entes municipais já estão transmitindo seus dados à Base de Nacional de Dados diante do curto intervalo de lançamento da portaria que regulamenta a interoperabilidade e o lançamento do Plano Operativo de Implementação, ocorrido na CIT de janeiro de 2025. Comprometeu os esforços do MS, com apoio do Conasems e seus apoiadores, a busca ativa dos municípios restantes. Apresentou o cronograma do Plano com o detalhamento de suas atividades, prazos e entregas já realizadas ou em andamento, todas dentro da



programação inicial. Destacou o prazo de encerramento do processo de adequação dos entes federados para 17 de junho, 120 dias após a publicação da sua portaria normativa, e as entregas previstas para próxima etapa: a publicação dos Painéis de Estoques e Saídas, do Paineiro de Dispensação e a disponibilização das bases de dados abertos (OpenDATASUS), todos atendendo ao prazo de 30 dias após a publicação dos modelos de dados, pelo DATASUS, no Portal de Serviços do MS. Citou o lançamento dos sistemas eSUS-AF e MedSUS como parte fundamental desse processo, cuja diretrizes de operacionalização, já discutidas e consensuadas em âmbito tripartite, em breve deve ser tema de pactuação. Finalizou elencando as estratégias de apoio institucional aos entes federados previstas para abril e junho de 2025.

Diogo Demarchi, Vice-Presidente do Conass, parabenizou a construção tripartite do Plano e desejou que o fluxo prossiga dentro dos prazos planejados, comprometendo os esforços do Conass no que for necessário.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, ressaltou a importância da aproximação do apoio institucional e destacou, como ponto de preocupação, a falta de um fluxo de um suporte operacional bem definido, que organize os diversos processos de interoperação em andamento, a exemplo da prescrição e dispensação via RNDS e outros.

Marco Aurélio Pereira, Diretor do DAF, compartilhou o sentimento de urgência com o Presidente do Conasems e reafirmou a priorização do MS na busca ativa dos municípios pendentes, disponibilizando todas as ferramentas possíveis para que o processo ocorra dentro dos prazos.

### 3. DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES

#### 3.1 Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) – Atualização da instituição e habilitação à Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito - RNSVO.

**02:24:00** – Aglaêr Alves da Nobrega - Coordenadora de Vigilância e Verificação do Óbito.

**02:32:46** – Diogo Demarchi - Vice-Presidente do Conass.

**02:34:10** – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conasems.

**02:35:48** – Jurandi Frutuoso - Secretário Executivo do Conass.

**02:39:05** – Mariângela Batista Galvão Simão - Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente.

#### **Destaques:**

Aglaêr da Nóbrega, Coordenadora de Vigilância e Verificação do Óbito, apresentou a proposta de alteração normativa da Portaria de Consolidação nº 5 de 2017 que trata da Rede Nacional do Serviço de Verificação de Óbito (RNSVO). Falou sobre a importância desse serviço, que permite a qualificação da informação e registro do óbito no território nacional, além de proporcionar espaços de formação no âmbito de ensino e pesquisa da patologia médica, dentre outras funções. Traçou um histórico do SVO, desde a sua criação, em 2006 e as diversas alterações que seguiram, incluindo financiamento da Rede. Relatou que tais



mudanças não acompanharam o desenvolvimento da RNSVO e muitas de suas funções desempenhadas acabaram sendo desagregadas do texto normativo, negligenciando parte da regulamentação dessas atividades. Destacou, as principais alterações propostas na revisão da portaria, como conceitos importantes sobre o objeto de atuação do RNSVO, definições importantes acerca do processo de trabalho e das funções da Rede, diretrizes de estrutura mínima necessária para seu funcionamento, bem como requisitos de responsabilidade técnica e profissional dos SVO. Citou também, no novo texto da portaria, os critérios de implantação e habilitação do Serviço, cujas pactuações Bipartites deverão orientar a sua territorialidade nas premissas definidas e a abrangência demográfica determinará o Porte Populacional da unidade do SVO, classificadas de I à V em crescente populacional. Destacou ainda a importante inclusão do monitoramento das atividades desempenhadas pela RNSVO por meio de indicadores, alimentados pelos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e que deverão, posteriormente, ser qualificados em âmbito tripartite e publicados oficialmente com intuito de induzir um processo de gerenciamento da qualidade do Serviço de Verificação de Óbito. Finalizou anunciando os critérios de desabilitação propostos pela portaria, sua conformidade jurídica e disponibilizou a proposta para manifestação de pactuação dos Conselhos.

Diogo Demarchi, Vice-Presidente do Conass, falou sobre a importância das alterações propostas, construídas em consenso triparte, especialmente quanto a indução do debate nas instâncias dos intergestores bipartite, em níveis estaduais e municipais, que terão maior diligência sobre a estruturação e orientação dos serviços. Manifestou-se pela pactuação com a ressalva de ampliar o debate sobre o cofinanciamento da RNSVO, reconhecendo sua importância e o alto custo envolvido na contratação e manutenção desse serviço médico de natureza tão especializada. Refletiu sobre esse impacto nas CIB, supondo acordos quanto ao mérito do serviço, porém possíveis gargalos operacionais, caso não haja uma lógica de equilíbrio em seu financiamento.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, também se manifestou pela pactuação.

Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass, reforçou a fala do Vice-Presidente Diogo Demarchi que as CIB encontram dificuldade para deliberarem as pactuações CIT devido à insuficiência de recurso financeiro.

Mariângela Batista Galvão Simão, Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, afirmou que o tema de incentivo financeiro para a SVO está em discussão interna na Secretaria.

**Encaminhamento:** Pactuada a atualização da instituição e habilitação à Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito – RNSVO.

### 3.2 Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (SECTICS) – Pactuação Financeira de Medicamentos no Componente Especializado da





**Assistência Farmacêutica, Grupo 1A: Rituximabe 10mg/ml e Ixequizumabe 80mg/ml; Grupo 1B: fluticasona/umeclidínio/vilanterol (100/62,5/25mcg), beclometasona/formoterol/glicopirrônio (100/6/12,5mcg), beclometasona/formoterol/gricopirrônio (100mcg/6mcg/12,5mcg), Omalizumabe (75mg/ml), Benralizumabe 200mg e 300mg, Deferiprona 500mg e 1000mg; Grupo2: Naproxeno 250mg e 500mg / 3.3 Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (SECTICS) – Pactuação Financeira do medicamento Deferiprona para sobrecarga de ferro na anemia falciforme.**

**02:40:25** - Marco Aurélio Pereira – Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos.

**02:47:11** - Diogo Demarchi – Vice-Presidente do Conass.

**02:48:11** - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

**02:49:57** - Marco Aurélio Pereira – Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos.

**02:53:16** – Adriano Massuda – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

#### **Destaques:**

Marco Aurélio Pereira, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, apresentou o conjunto de medicamentos a serem pactuados e alocados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), alguns no Grupo 1A outros no 1B e um no Grupo 2.

Diogo Demarchi, Vice-Presidente do Conass, manifestou-se pela pactuação e agradeceu o esforço do Ministério da Saúde em atentar aos prazos a partir da incorporação pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec). Registrou a retirada de pauta do financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, algo já acordado desde o final de 2024 e solicitou que na 5ª Reunião Ordinária da CIT/2025 esse ponto seja item de pactuação.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, manifestou-se pela pactuação. Corroborou com a solicitação do Conass acerca da pactuação do financiamento do Componente Básico na próxima Reunião CIT.

Marco Aurélio Pereira, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, agradeceu o trabalho realizado no âmbito do GT de Ciência e Tecnologia da CIT e afirmou que a Secretaria irá priorizar os alinhamentos internos para pactuar o Componente Básico na próxima Reunião CIT.

Adriano Massuda, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, afirmou o compromisso de pactuar o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) na 5ª Reunião Ordinária da CIT/2025 em 29/05/2025.



**Encaminhamento:** Pactuados os financiamentos de Medicamentos no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, Grupo 1A: Rituximabe 10mg/ml e Ixequizumabe 80mg/ml; Grupo 1B: fluticasona/umeclidínio/vilanterol (100/62,5/25mcg), beclometasona/formoterol/glicopirrônio (100/6/12,5mcg), beclometasona/formoterol/gricopirrônio (100mcg/6mcg/12,5mcg), Omalizumabe (75mg/ml), Benralizumabe 200mg e 300mg, Deferiprona 500mg e 1000mg; Grupo2: Naproxeno 250mg e 500mg; medicamento Deferiprona para sobrecarga de ferro na anemia falciforme.

#### 4. INFORMES ESCRITOS

- 4.1 Secretaria Executiva (SE) – Situação de entrega dos Relatórios de Gestão (2018 a 2023) no Brasil.
- 4.2 Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) – A Saúde Indígena: Ações de Saúde para o Povo Yanomami.

\*Os documentos, lista de presença, apresentações e resumo executivo estão disponíveis em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit>